

Vigésimo aniversário do CNG.

Transcorreu no dia 24 de março findo, o vigésimo aniversário do Conselho Nacional de Geografia, que no campo específico de suas atividades vem prestando ao país os serviços que dêle era de se esperar. O Eng.^o VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, seu atual secretário-geral, escreveu sôbre a efeméride o seguinte:

“Quando, em dias de outubro de 1936, o embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que superiormente dirigia o Ministério das Relações Exteriores, acolheu o apêlo dos geógrafos, de quem se fêz eco o professor P. DEFFONTAINES, como igualmente o professor P. MONBEIG, para a criação de um órgão destinado à coordenação de pesquisas da sua especialidade, não lhe foi difícil verificar a procedência das aspirações levadas ao seu exame.

Em verdade, operavam no país, com maiores ou limitadas possibilidades, algumas entidades, cujos técnicos supriam, com a boa vontade e dedicação, a carência de elementos indispensáveis ao êxito.

Assim, o Serviço Geográfico do Exército, com o nome primitivo, concentrara as suas atividades aos trabalhos de campo no Rio Grande do Sul, cuja carta levantou esmeradamente, em grande parte, e alguma, por exceção, em outras zonas.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Marinha, continuava a sua benemérita missão de cartografar o litoral brasileiro, após esmeradas explorações, tanto superficiais, quanto submarinas.

Os demarcadores de fronteiras, com o comandante BRÁS DE AGUIAR à frente, mantinham a fama conquistada pelos seus antecessores, no devassamento de regiões impérvias.

As comissões geográficas estaduais, a exemplo do que sucedia em São Paulo e em Minas Gerais, não esmoreciam em suas tarefas, mas em ritmo condicionado às verbas, que lhes eram atribuídas. Essas e algumas outras, de mais modesta aspiração, desenvolviam atividades desarticuladas.

Faltava um sistema de ligação, que lhes realçasse o valioso concurso, utilizado em empreendimento relativo à imensidão do território nacional.

Apenas havia, a respeito, na Diretoria de Estatística e Publicidade, geradora da Diretoria de Estatística de Produção, do Ministério da Agricultura, a Secção de Estatística Territorial, regulamentada por decreto de 8 de março de 1934, cujo artigo III prescreveu:

Cabe à 1.^a secção:

- I — reunir documentação sôbre o território nacional, mediante coleta, crítica, fichamento e arquivamento dos dados geográficos fornecidos pelas repartições federais, estaduais e municipais e por instituições particulares;
- II — organizar uma mapoteca do território nacional, tanto quanto possível completa e racional, principalmente quanto à agricultura.
- III — elaborar trabalhos cartográficos padrões .
- IV — promover, junto às administrações estaduais e municipais, investigações sôbre a geografia de regiões mal conhecidas;
- V — instituir um serviço permanente de estatística territorial;
- VI — estudar as características fisiográficas das regiões do país;
- VII — executar trabalhos de desenho da DEP.

Transbordava o programa do âmbito limitado da Secção, cujo chefe, engenheiro CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, se fêz paladino das aspirações, em que se abrasavam os especialistas.

Portador de carta do seu professor P. DEFFONTAINES, aproximou-se do destinatário, a quem explanou, com entusiasmo idealista, o que pretendiam os representantes da ciência geográfica francesa, acordes, aliás, com as aspirações de doutos patricios, que encontraram em TEIXEIRA DE FREITAS o seu mais fervoroso e autorizado intérprete.

Convicto das vantagens que o Brasil poderia colhêr do futuro empreendimento, o ministro MACEDO SOARES, com a sua tenência à cooperação, não quis evocar exclusivamente a si a glória de promover-lhe a execução. Preferiu convocar as mais abalizadas

autoridades, que na época se consagravam ao assunto, em seus respectivos ramos. E, assim, de 26 a 29 de outubro, por cinco vezes reuniram-se, no Itamarati, sabedores que poderiam opinar com segurança. Para mencionar apenas os que já não existem, a relação incluiu os nomes do general MOREIRA GUIMARÃES, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, atual Sociedade Brasileira de Geografia; Dr. MAX FLEIUS, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; almirante RAUL TAVARES, diretor de Navegação da Armada; coronel ALIPIO DI PRIMIO, diretor do Serviço Geográfico do Exército, Eng.º EUSÉBIO DE OLIVEIRA, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico; Prof. FERNANDO RAJA GABAGLIA, catedrático de Geografia no Externato Pedro II; Eng.º SEBASTIÃO SODRÉ DA GAMA, diretor do Observatório Nacional; Dr. ALCIDES BEZERRA, diretor do Arquivo Nacional; Prof. JOÃO FILIPE PEREIRA, presidente do Clube de Engenharia; Prof. MATIAS ROXO, catedrático de Geologia, Paleogeografia e Cartografia na Universidade do Distrito Federal; Prof. OTELO REIS; comandante EUGÊNIO DE CASTRO; Prof. ALBERTO J. SAMPAIO, do Museu Nacional; ministro BERNARDINO J. DE SOUSA, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; Eng.º OSCAR WEINSCHEK; Prof. JOAQUIM LICÍNIO DE SOUSA ALMEIDA, chefe do gabinete do ministro da Viação, além dos vivos, cujo número não ultrapassará de meia dezena.

Não poderia ser mais brilhante, na especialidade, a constelação de nomes convidados para a discussão do problema, que lhes foi proposto.

Dos pareceres em que se harmonizaram as opiniões divergentes, resultaram as bases endossadas pelo ministro MACEDO SOARES, e aceitas pelo presidente GETÚLIO VARGAS, que firmou, a 24 de março de 1937, o decreto n.º 1 527, cujo artigo I preceituou:

“Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia”.

Teria, inicialmente, por objetivos: “reunir e coordenar, com a colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem da

Geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistemático do território pátrio”.

Para dar maior força ao decreto, em vários ramos de administração federal, além da assinatura do presidente da República, figuraram as dos ministros das Relações Exteriores, da Agricultura, da Guerra, da Marinha, da Educação.

Não obstante, o Conselho, “incorporado ao Instituto Nacional de Estatística” permaneceria na dependência, também, da Seção de Estatística Territorial, “cujo assistente-chefe será o secretário-geral do Conselho”.

Reformas ulteriores iriam gradativamente promover-lhe a emancipação, em fases sucessivas, que lhe mudaram o próprio nome.

Primeiramente, para sistematizar a nomenclatura, o conjunto, formado pelas duas alas, tomou a denominação de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mercê do decreto 218, de 26 de janeiro de 1938, que modificou o título dos dois Conselhos: tanto o Nacional de Geografia, quanto o Nacional de Estatística.

Além dessa alteração, apenas superficial, outra, mais profunda, lhe derivou do decreto 237, de 2 de fevereiro seguinte, ao cometer ao CNG, além de outras incumbências:

- a) — a revisão da área do Brasil e do seu parcelamento, segundo as unidades federadas e os municípios, efetuando-se também, se possível, o cômputo das áreas distritais;
- b) a descrição sistemática das divisas dos distritos vizinhos;
- c) — a revisão da carta do centenário da Independência ao milionésimo;
- d) — a elaboração do atlas estatístico e corográfico municipal;
- e) — o cômputo da área e população urbana das sedes municipais e estaduais, com o levantamento dos respectivos efetivos prediais, etc.

Para dar cumprimento a incumbências tão complexas, fêz-se mister ampliar a organização, mediante a substituição da Seção de Estatística Territorial pelo Serviço de Coordenação Geográfica, que será, “durante a execução do recenseamento de 1940, o órgão central do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no sistema dos serviços geográficos”.

Não lhe tardou o regulamento respectivo, de 8 de fevereiro de 1939, que lhe distribuiu os encargos por “uma Diretoria e quatro Secções Técnica, a saber:

- 1.º — Documentação e Informações;
- 2.º — Carta Geral ao Milionésimo;
- 3.º — Cartas Regionais e Municipais;
- 4.º — Estudos Geográficos, Estatísticos Territoriais e Cartografia Estatística”.

Assim aparelhado, o Serviço de Coordenação Geográfica empreendeu os trabalhos preparatórios da carta geográfica do Brasil, na escala de 1:1 000 000, iniciados pelas campanhas de descrição das divisas intermunicipais e interdistritais, dos mapas municipais, das coordenadas geográficas e da altimetria, cada uma com os seus objetivos e processos apropriados. A primeira a proporcionar resultados auspiciosos, a “Campanha dos Mapas Municipais”, como jamais fôra empreendida anteriormente, exibiu as linhas definidoras de 1 574 municípios, existentes na época.

Tênicamente perfeitos alguns, regulares, em maioria, e defeituosos não raro, estiveram todos expostos à apreciação de quem visitasse a “Exposição Nacional de Mapas Municipais”, na Feira de Amostras.

Ao inaugurá-la, a 29 de março de 1940, o presidente GETÚLIO VARGAS realçou “a decisão e esforço dos técnicos do Instituto, que têm empregado, nesse trabalho, fé e entusiasmo, sem o que nada é possível realizar de duradouro”.

“Deve-se isto, frisou, à reconhecida operosidade e ao desinteresse patriótico do embaixador MACEDO SOARES, que, supervisionando o trabalho geral, emprega aquela tenacidade e aquela atividade tão próprias de seu temperamento, para conseguir ótimos resultados em tôdas as emprêsas em que os seus esforços e a sua direção se fazem sentir”.

Para melhor aproveitamento destas contribuições, enviadas por todos os municípios do Brasil, empreendeu o Conselho a “Campanha das Coordenadas Geográficas”, depois de promover o Curso de Especialização de Engenheiros, que habilitou os candidatos ao manejo de instrumentos iguais.

Tanto as operações de campo, quanto as de escritório, obedeciam a análogos processos, que lhes garantiam a uniformidade.

A expansão, que iam tendo os trabalhos, foi causa do decreto-lei n.º 6 828, de 25 de

agosto de 1944, que substituiu o “Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica” pelo “Serviço de Geografia e Cartografia”, “destinado a funcionar como órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia”.

Todavia, conveniências de ordem geral, ao sistematizarem a “Organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”, por lei de 8 de julho de 1949, modificaram, de novo, a estruturação, conforme estipulou a resolução de 21 de junho de 1950, que a interpretou.

“O Serviço de Geografia e Estatística, criado pelo decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agosto de 1944, fica integrado, através das suas Divisões de Geografia e Cartografia, na Secretaria Geral e a ela subordinado”, prescreveu o artigo 3.º.

Abrangia, então a DG, as Secções Regionais Norte — Nordeste — Leste — Sul — Centro-Oeste, a Secção de Estudos Geográficos e a de Cálculos e Ilustrações.

Compôr-se-ia a Divisão de Cartografia das Secções de Triangulação — Nivelamento — Bases — Astronomia e Gravimetria — Levantamentos Mistos — Cálculos — Compilação — Desenho — Revisão — Restituição Aerofotogramétrica — Documentação Cartográfica — Reproduções.

Surgiram duas novas Divisões, de Documentação e Divulgação, com as Secções de Documentação, Cultural e de Publicações, e a de Administração, que envolvia as Secções de Comunicações, Contabilidade, Pessoal e Material.

Depois das perturbações causadas pela resolução n.º 400, de 28 de dezembro de 1951, que extinguiu a Divisão de Documentação e Divulgação, o Diretório Central houve por bem restaurá-la a 28 de maio de 1953, que se inspirou na anterior, de 21 de junho de 1950, apesar da mudança total da alta administração que a promovera.

Não obstante a crise passageira, que lhe malignou o funcionamento, como a seu tempo veio à publicidade, empenhou-se o Conselho Nacional de Geografia em cumprir cabalmente a sua missão.

Para isso, empreendeu cartografar o território nacional, nas escalas de 1:1 000 000 — 1:500 000 — 1:250 000, adotadas em uma região ou outra, conforme aconselhasse a maior ou menor abundância de informações obtidas.

O resultado, já trazido a lume, traduz-se em números expressivos, a saber:

24 fôlhas impressas da carta do Brasil, na escala de 1:1 000 000;

55 fôlhas, na escala de 1:500 000;

29 fôlhas, na escala de 1:250 000.

As duas primeiras séries obedecem ao plano internacional elaborado na Convenção de Londres de 1909, e baseiam-se, principalmente, na compilação de elementos cartográficos elaborados por outras entidades. A terceira deriva de levantamentos taqueométricos ou expeditos, apoiados em coordenadas geográficas, com ou sem auxílio de fotografias aéreas de trimetrogon ou verticais.

Têm o formato de 1.º X 1.º 30', isto é, 1/16 avos da fôlha de milionésimo.

Apresentam-se, impressas, com as cores básicas — preto, azul, vermelho e sépia — com esboço altimétrico de 50 metros de equidistância, entre as curvas de nível.

Ao mesmo tempo, foram desenhados mapas do Brasil, na escala de 1:2 500 000 de que sòmente foi tirada uma edição, ao passo que há quatro na escala de 1:5 000 000, sendo a última de 1954.

Mapas de vários estados também foram elaborados, sem prejuízo da tarefa principal. Assim imprimiu-se o da Bahia, na escala de 1:1 000 000, da Paraíba na escala de 1 500 000, do Rio de Janeiro na escala de 1:400 000, do Espírito Santo na escala de 1:400 000, do território do Amapá na escala de 1:1 000 000, do território do Guaporé (atualmente Rondônia) na escala de 1:1 000 000.

Para não se limitar à mera compilação em tais trabalhos, o CNG, pela sua Divisão de Cartografia, empreendeu o estabelecimento de triangulação geodésica de primeira ordem, de acòrdo com as prescrições internacionais.

Formada de cadeias, em que predominam os quadriláteros, articula-se, ao sul, com a rêde uruguaiana, e ao poente, com a transcontinental, que penetra no Brasil, através de Corumbá, onde se realizou a ligação.

Estende-se por 8 079 quilômetros, e a sua medição acompanhou-se das observações de 1 024 vértices, de 43 bases, com a extensão total de 439 quilômetros, e espaçados entre si, em média, de 200 quilômetros, e 71 pontos de Laplace, com latitude, longitude e azimute.

Simultaneamente, outros operadores cuidam do nivelamento geodésico de 1.ª ordem, que já abrange 56 circuitos, com o desenvolvimento total de 26 793 quilômetros, assinados por 20 191 RN.

Alcança os marégrafos de Tôrres, no Rio Grande do Sul, de Laguna, Florianópolis, Pôrto Belo e São Francisco, em Santa Catarina; de Paranaguá, no Paraná; de Santos, em São Paulo e de Vitória, no Espírito Santo; de Santa Cruz, no estado do Rio de Janeiro; de Canavieiras e Salvador, na Bahia, montados, êstes três últimos, pelo IAGS.

No tocante, em particular, aos estudos geográficos, turmas e turmas de seus técnicos perlrstraram as paragens menos conhecidas, de que trouxeram imensa cópia de cuidadosas observações.

A sua influência ainda se exerce por meio dos cursos de aperfeiçoamento, freqüentados periódicamente por professôres de nível secundário. À medida que prosseguiam nas pesquisas, aumentavam as suas contribuições para a *Revista Brasileira de Geografia*, cuja publicação trimestral se iniciou em 1939, e no *Boletim Geográfico*, atualmente bimestral, embora tivesse aparecido mensalmente em 1943.

Além da RBC, da qual já veio à luz o número I do ano XVIII, e do BG., cujo número 129, referente a dezembro de 1955, está em circulação, contribuiu a Divisão Cultural do CNG para difundir seguros conhecimentos geográficos relativos ao Brasil.

Assim, editou:

Livros	12
Manuais	15
Folhetos	16

conforme as normas instituídas pela sua Biblioteca Geográfica Brasileira, e mais

Obras avulsas	117
Separatas	136

De mais a mais, a influência propagadora da metodologia moderna da Geografia manifesta-se pelos Cursos de Aperfeiçoamento, inaugurados a 17 de agòsto de 1942, especialmente destinados aos cartógrafos.

Mais tarde, ampliou-se em benefício dos professôres de Geografia do nível secundário, que puderam, anualmente, durante as suas férias, ouvir abalizados especialistas, que lhes ministraram ensinamentos sôbre vários ramos da ciência geográfica.

São as publicações e cursos que divulgam os resultados das investigações dos geógrafos e cartógrafos, já habilitados a ultimar em prazo reduzido a grandiosa obra planejada pelo idealismo construtivo do presidente do IBGE, engenheiro JURANDYR PIRES FERREIRA.

A "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" avultou, em verdade, como exequível, depois que o primeiro volume surgiu, em pouco mais de dois meses de esforços intensos, antes de findar janeiro último. E os dois imediatos estão a caminho dos prelos, para que não tardem a aparecer. Ao todo serão 24, repartidos fraternalmente pelo CNG e pelo CNE, que já elaborou grande número de verbetes de sua alçada. Não estivesse o CNG devidamente informado a respeito da terra brasileira e da gente, que a valoriza com o seu trabalho, certo não lograria empreender com êxito a tarefa que lhe foi atribuída em novembro. Aliás, era recente a lembrança de outras iniciativas, que também lhe documentaram a eficiência cultural.

A reunião, nesta capital, por agosto passado, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizou-se com o brilho e impo-

nência, que os professores estrangeiros admiraram, porque a operosa Comissão Organizadora teve o decidido apoio do CNG.

Foram os seus geógrafos que sugeriram os planos de excursão mais expressivos, traçaram-lhe os roteiros e prepararam, na maioria dos casos, os respectivos guias, que os viajantes sobremaneira apreciaram.

Simultaneamente, cuidava a Divisão de Geografia de terminar o "Atlas Escolar", de acordo com o Ministério da Educação e Cultura.

É obra que evidenciará, quando vier a lume, dentro de curto prazo, a orientação técnica dos seus colaboradores, inspirados nos preceitos da Geografia Moderna.

As publicações seriadas, como as da Biblioteca Geográfica Brasileira, ou avulsas, que lhe aumentam o acervo, testemunham igualmente as atividades culturais do CNG, que destarte vem cumprindo a sua missão de "ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio", consoante prescreveu o decreto de 24 de março de 1937, que o instituiu, há duas décadas."

Exposição de geografia do Brasil na Polônia

De 26-1 a 14-2-57, organizou o Instituto de Geografia da Academia de Ciências da Polônia, uma exposição cuja finalidade foi demonstrar o desenvolvimento da geografia no Brasil.

O material que constou da mostra foi levado àquele país pela delegação da Polônia junto ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado no Rio de Janeiro. Incluía, sobretudo, doações recebidas pela delegação.

A exposição sobre o Brasil reuniu cerca de 100 livros e periódicos, perto de 100 mapas em várias escalas 1:5 000 000, 1:1 000 000, 1:5 000 000, 1:250 000, 1:100 000 e 1:50 000, vários atlas, 50 amostras mineralógicas, 25 amostras de madeira, 100 fotografias sobre arquitetura brasileira e cerca de 30 fotografias aéreas mostrando as paisagens típicas do país.

A parte mais importante da exposição, tanto pela quantidade quanto pela qualidade foi constituída pelas publicações editadas pelo "Conselho Nacional de Geografia" a saber:

Boletim Geográfico, Revista Brasileira de Geografia", obras da série "Biblioteca Geográfica Brasileira" e de outras.

Foram também exibidas publicações do "Conselho Nacional de Estatística". Merece ser citada a série de folhetos referentes às características geográficas de várias cidades e outrossim as publicações sobre geologia editadas pela Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura assim como as do "Conselho Nacional do Petróleo" figuraram na exposição.

A biogeografia foi principalmente representada pelas publicações do "Instituto Nacional do Pinho", as quais incluía, indicações sobre as plantas úteis e um anuário sobre florestas.

Devem ser lembradas igualmente as publicações da "Comissão do Vale do São Francisco" que se referem ao progresso econômico no baixo curso do rio e ao maior investimento hidrelétrico da América do Sul: Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso, e as de muitas sociedades científicas brasileiras.